ESTRATÉGIAS CAPAZES DE CONTRIBUIR NO PROCESSO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ESFERA LOCAL E REGIONAL

Cristiane Botezini Albarello[1]
Luciano Albarello[2]
Dieter R. Siedenberg[3]

RESUMO

Este artigo apresenta algumas estratégias capazes de contribuir no processo de promoção do desenvolvimento sustentável, voltando-se principalmente para o espaço local/regional, por ser este mais próximo da realidade dos atores envolvidos no processo e também por possuir menor complexidade na dimensão e abrangência dos problemas que impedem ou atrasam o desenvolvimento das regiões. Muitas estratégias vêm sendo discutidas e a cada época novas teorias incorporam-se às antigas

[1] Graduada em Administração na URI, campus de Frederico Westphalen. Pós-graduanda em Desenvolvimento Sustentável na URI, campus de Frederico Westphalen.
[2] Graduado em Arquitetura e Urbanismo na UFPEL. Pós-graduando em Desenvolvimento Sustentável na URI, campus de Frederico Westphalen.
[3] Professor da UNIJUI e UNISC em programas de mestrado e doutorado em Desenvolvimento e docente no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável na URI, campus de Frederico Westphalen.

e a rediscussão sobre o assunto é permanente. Dentre as alternativas que contribuem na geração de emprego, renda, inclusão social, qualidade de vida e preservação do meio ambiente, repercutindo, assim, em desenvolvimento sustentável, encontram-se as estratégias vinculadas à municipalização, ONGs, cooperativismo, redes de cooperação, *clusters* e agricultura familiar. A promoção do desenvolvimento é um processo complexo que sofre influências micro e macroeconômicas, por isso deve envolver fatores endógenos e exógenos e as estratégias devem ser articuladas considerando-se as particularidades de cada local/região, sem, no entanto, desvincular o cenário global.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, estratégias de desenvolvimento, municipalização, ONGs, cooperativismo, redes de cooperação e *clusters,* agricultura familiar.

ABSTRACT

This article presents some strategies that can contribute in the process of the maintainable development, looking mainly at the local/regional space, because it is closer to the reality of the workers that are involved in the process and also because it is less complex in the dimension and inclusion of the problems that prevent or delay the development from the regions. Many strategies has been into discussion and each new era new theories are incorporated to the old ones and a new discussion about the subject is permanent. Among the alternatives that can contribute to the employment generation, income, social inclusion, life quality and environmental preservation, repercuting, thus, to the sustainable development are the strategies of the municipalization, ONGs(Organizations With No Lucrative Gains), cooperativism, cooperative chains, clusters and

family agriculture. The promotion of the development is a complex process that has micro and macroeconomic influences, therefore, it must involve endogenous and exogenous factors and the strategies must be articulated considering the particularities of each local or region, however, without separating from the global scenery.

Key Words: Maintainable development, development strategies, municipalization, ONGs, cooperativism, cooperative chains and *clusters*, family agriculture.

1 INTRODUÇÃO

A expressão "desenvolvimento sustentável" apresenta-se como uma dimensão ilimitada em investigação, seja científica, pública, privada ou social, sendo tão contemporânea como ultramoderna, mas o enfoque principal, os problemas analisados e exaustivamente debatidos, em parte são resolvidos, em parte continuam os mesmos e em parte se tornam mais profundos e difíceis de solucionar.

No momento histórico atual marcado pelo processo de globalização do capitalismo, pelas velozes e complexas transformações sociais, a rediscussão sobre desenvolvimento sustentável torna-se evidente, trazendo consigo novos problemas e velhos dilemas acerca da realidade econômica, social, política, cultural e ecológica, em esfera mundial e ao mesmo tempo local.

A globalização, cujo significado pode ser entendido como o de unificar, eliminar fronteiras, expandir e promover a inclusão social, também evidencia seu lado perverso e paradoxal da destruição e exclusão social. Reforça gradativamente duas realidades opostas. Um mundo da produtividade, das inovações tecnológicas e do consumismo acelerado e outro, totalmente

excluído, cujo progresso inexiste e a miséria e o descaso formam a estampa do *marketing* social. Isso se percebe tanto globalmente, observando os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, tanto em nível de cidades, compostas por centros e regiões periféricas, e mesmo no menor núcleo de organização política e social legalmente constituído, que é o município. Por isso, para iniciar um processo de mudança, evidencia-se a importância da expressão "pensar globalmente e agir localmente".

Existem muitas alternativas implantadas com o intuito de promover o desenvolvimento sustentável no Brasil. Dentre elas, serão debatidas neste artigo a municipalização, que visa à descentralização do poder público - primeiro setor - para que os municípios tenham maior poder e autonomia sobre seus problemas socioeconômicos e ambientais; a estratégia das redes de cooperação e *clusters*, que contribuem para a organização, competitividade e lucratividade principalmente do segundo setor; as ONGs que integram o terceiro setor, juntamente com o cooperativismo e que através da sociedade civil organizada tornam-se alternativas de superação de problemas sociais; e a agricultura familiar, que se apresentam como uma alternativa de integração e reorganização social, recuperação ambiental e desenvolvimento do setor agrícola. Todas essas formas de organização podem ser consideradas para qualquer local/região, independente do território, do tamanho ou do nível cultural, porém, para serem bem sucedidas, devem integrar esforços endógenos e exógenos e fazer parte de um planejamento sério que considere as características e particularidades de contexto.

2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desenvolvimento é a condição pós a eficaz aplicação da riqueza gerada em virtude do crescimento econômico, de modo a

gerar um equilíbrio entre o tripé economia, sociedade e meio ambiente. Sustentável é a condição de manter o desenvolvimento diante do crescimento ou de situações que geram crise.

Desta forma, o primeiro passo é fomentar o crescimento econômico. Para ser possível gerar crescimento deve haver acúmulo de riquezas. A partir do acúmulo de riquezas, deve haver competência do primeiro setor (gestão pública) no processo de retorno, em prol da melhoria da qualidade de vida da população, bem como para desempenhar o papel de regulador das transações de mercado, no que tange ao controle, fiscalização, geração de novas oportunidades, infraestrutura, etc. A partir do crescimento e da eficaz aplicação dos recursos sociais, surge o desenvolvimento. Para que haja sustentabilidade é necessário manter e melhorar a qualidade de vida da população. Também deve haver esforços para que as condições não se precarizem diante das crises.

De acordo com Moura apud Saraceno (2006, p.3) o desenvolvimento ocorre a partir de "processos em que os esforços de uma população se somam aos do governo para melhorar as condições sociais, econômicas e culturais da comunidade, procurando integrá-la na vida do país, permitindo-lhes contribuir plenamente para o progresso social".

Segundo a Comissão Brundtland em Nosso Futuro Comum apud Barbieri (2000, p.3), os principais objetivos do desenvolvimento são:

> [...] retomar o crescimento como condição necessária para erradicar a pobreza, mudar a qualidade do crescimento para torná-lo mais justo, eqüitativo e menos intensivo em matérias-primas e energia; atender as necessidades humanas essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; manter um nível populacional sustentável; conservar e melhorar a base de recursos; reorientar a tecnologia e administrar os riscos;

> e incluir o meio ambiente e a tecnologia no processo decisório.

O desenvolvimento pode ser entendido da mesma forma na esfera local, regional e global e necessita da participação da sociedade, da esfera pública e privada. Não se pode pensar em promover desenvolvimento sustentável eliminando um dos três cenários.

Segundo Castellano e Fazal (2000, p. 4), "desenvolvimento sustentado é, pois, a meta principal a ser atingida em um futuro não muito distante, que possibilite equilíbrios permanentes no planeta".

Desta forma, não se pode pensar em equilíbrio permanente do planeta, sem pensar em meio ambiente, pois dele depende não só a qualidade de vida, mas a própria vida. Por isso, o conceito de desenvolvimento sustentado implica na premissa de que a exploração dos recursos naturais deve ser feita de tal maneira que não venha a gerar escassez de recursos e impedir a qualidade de vida das gerações futuras. Neste sentido, a preservação e restauração dos ecossistemas sustentam todo o debate atual sobre desenvolvimento sustentável.

2.1 Estratégias capazes de promover o desenvolvimento

A seguir serão comentadas algumas estratégias, que, quando bem implementadas, repercutem em aumento de renda, empregos, inclusão social, preservação ambiental e qualidade de vida, contribuindo, assim, para com o processo de promoção do desenvolvimento sustentável. Porém, não há "fórmulas mágicas", nem modelos prontos a serem copiados, pois as situações territoriais se diferem e exigem diagnóstico e planejamento que

considere suas forças, fraquezas, ameaças e oportunidades, considerando como metodologia principal, o envolvimento dos diversos setores e atores que compõem o cenário global.

2.1.1 Municipalização: o poder do espaço local

O governo tem procurado reorganizar seu processo de gestão em busca de maior eficiência na resolução dos crescentes problemas sociais, e a municipalização – ou descentralização do poder público - pode ser uma alternativa para despertar o desenvolvimento sustentável, pois o município apresenta os problemas socioeconômicos e ambientais em dimensão reduzida. Assim, amenizar os problemas locais e mantê-los sob controle torna-se um passo primordial para reduzir as diferenças em escala mundial.

> A questão do poder local está rapidamente emergindo para tornar-se uma das questões fundamentais da nossa organização como sociedade. (...) No caso dos países subdesenvolvidos a questão se reveste de particular importância na medida em que o reforço do poder local permite, ainda que se assegure, criar equilíbrios democráticos frente ao poder absolutamente centralizado nas mãos das elites. (DOWBOR, 1998, p.11).

Os governos estaduais brasileiros têm vinculado este processo a muitos municípios, inicialmente através da municipalização da educação e da saúde, e, aos poucos, imitando este exemplo, a tendência é reorganizar a estrutura municipal, delegando maior poder e autonomia sobre diversos assuntos que dizem respeito ao seu espaço local, desde que estes não escapem

a sua governabilidade. Assim, maximiza a responsabilidade de resolver problemas internos, combater a pobreza e a exclusão social, fortalecendo o processo de democratização e descentralização, contribuindo para tornar mais eficiente a estrutura política e administrativa do governo e despertar a mobilização da sociedade local, ampliando os canais de participação na gestão do município.

De acordo com Avritzer apud Martins (2006, p.1), a democracia exercida em escala menor facilita a superação de problemas colocados pelos diferentes níveis da burocracia, bem como pela complexa questão da representação. Nas cidades, por exemplo, as condições para o desenvolvimento de experiências alternativas e o exercício de práticas democráticas seriam maiores, estariam delimitadas territorialmente, se beneficiariam da proximidade de poder e seriam baseadas na criatividade de atores locais.

Desta forma, Leme (1999, p. 40) acredita que:

> Não tardará para que a comunidade se dê conta de que é mais fácil reivindicar do prefeito do que do governador, cobrar do vereador que do deputado; de que é possível participar seja da elaboração, seja da concretização, seja da fiscalização de programas que nascem e acontecem no seu espaço de vida, do que participar das políticas impostas e geridas pelo Estado e pela União.

A municipalização se aproxima dos interesses e peculiaridades locais e desperta interesse tanto do cidadão, quanto do poder local, pois ambos assumem suas responsabilidades com maior consciência, contribuindo para interação dos indivíduos que deixam de esperar tudo como meros espectadores de um regime paternalista, estimulando a capacidade de organização local e a articulação regional.

A ampliação da participação dos atores envolvidos na operacionalização de políticas em nível local está gradativamente emergindo, porém, ainda é necessário o despertar de uma nova consciência, formação, capacitação e quebra de paradigmas em relação ao modo de pensar e agir diante do cenário político, tanto da população, que deve participar mais da gestão, quanto dos políticos municipais, que devem ser detentores de conhecimento administrativo e da realidade local e estar mais comprometidos com a causa social, bem como do próprio sistema de transferência de poder, que tende a ser um processo cíclico, de aprendizagem conjunta e contínua.

A recente descentralização industrial apresenta-se como uma alternativa interessante para o processo de municipalização e vice-versa. As empresas de transformação, principalmente as do ramo de agronegócios, estão percebendo os municípios como novos cenários potenciais de oportunidades de negócios e de aumentar sua competitividade no mercado, instalando seu processo produtivo perto da matéria-prima. Beneficiam-se por receberem incentivos fiscais, financeiros, infraestrutura do município, ou de vários municípios, que se associam visando agregar forças para atrair investimentos e novas oportunidades. Para os municípios, também é um negócio lucrativo, pois, além de gerar empregos e renda, movimentar o comércio e estimular o retorno fiscal, fortifica o setor agrícola municipal, fomentando e absorvendo a produção e ainda, contribui para paralisar o processo de emigração, tão intenso em algumas regiões brasileiras. No longo prazo, pode estimular o processo reverso de emigração, ou seja, o retorno de muitas pessoas aos municípios, diminuindo os bolsões de pobreza urbanos.

2.2.2 Terceiro setor: o papel das ONGs

Na tentativa de superar os problemas sociais, instaurados pelas inúmeras crises do primeiro setor – estado, marcada por um processo crescente de perda de poder, credibilidade e capacidade em atender as necessidades sociais, e pela fragilidade econômica e incapacidade de promover equilíbrio social e ambiental do segundo setor, emergiram no Brasil as organizações não governamentais sem fins lucrativos (ONGs), integrando o terceiro setor. A partir dos anos 90 estas entidades começaram a se fortalecer, ampliar sua atuação e mudar seu perfil para fins mais propositivos a partir do estabelecimento de parcerias.

> O terceiro setor recebe várias denominações, sendo o mais usado setor solidário, onde alguns valem por muitos, onde o individual dá lugar ao coletivo, e recebe a denominação de setor independente, por se mostrar eqüidistante do poder estatal, e do poder econômico gerador de riquezas. (RAFAEL apud ROCHA & VIEIRA, 2006, p.1).

As ONGs possuem uma estruturação associativa de natureza mista: filantrópica-empresarial-cidadã, caracterizada por prestar serviços públicos, por iniciativa privada, sem fins lucrativos e se identificam por apresentarem caráter neoliberal, sem vínculo partidário-ideológico. Identificam-se com a iniciativa privada por serem instituídas como empresas e utilizarem processos e estratégias de gestão, na busca de eficiência em políticas de trabalho e a divulgação dos serviços. O poder público tem colaborado com recursos financeiros e com a regulamentação jurídica nas leis trabalhistas para facilitar a operacionalização das novas entidades e também, como ente fiscalizador.

O objetivo das ONGs é preencher a lacuna existente entre o primeiro e o segundo setor, através do envolvimento das potencialidades de ambos, num esforço conjunto de superação e promoção do desenvolvimento, pois, "nem o sistema de empresas privadas nem a máquina pública realmente existente de Estado trazem respostas efetivas de nossas necessidades sociais". (DOWBOR, 1998, p.338).

Desta forma, a comunidade local organizada, combinando a criatividade e o trabalho voluntário com o trabalho assalariado, remunerando pessoas contratadas para projetos específicos, com o envolvimento do poder público - cobrando atitudes e ações, e utilizando-se da autonomia do mercado, assimilando as inovações e denunciando os abusos – propicia que a ONG se torne mediadora, articuladora e viabilizadora do trabalho em parceria, capaz de organizar a sociedade civil na busca por uma melhor qualidade de vida.

> No Brasil hoje não só as ONGs integram o terceiro setor. Outras instituições vêm sendo criadas para desempenhar este mesmo papel, diferindo nas formas de constituição para atender a determinadas requisitos impostos por lei e que variam de um caso para outro. Exatamente por atuarem ao lado do estado, recebem a denominação de entidades paraestatais; nesta expressão podem ser incluídas todas as entidades integrantes do terceiro setor, o que abrange (atualmente no Brasil) as declaradas de utilidade pública, as que recebem certificado de fins filantrópicos, os serviços autônomos (SESI, SESC, SENAI), as organizações sociais (OS) e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). (SARACENO, 2006, p. 13).

O terceiro setor tem contribuído para promover mudanças sociais significativas, fomentando a participação da sociedade civil organizada, incorporando um novo papel de responsabilidade social para iniciativa privada, e estimulando a democratização, a descentralização de poder e cobrando maior responsabilidade do governo. Em muitos setores modifica as estatísticas referentes à qualidade de vida, pois contribui para a inclusão social, educação, cultura, saúde, renda, preservação do meio ambiente e assistência social das comunidades locais, etc.

O terceiro setor reforça o espaço local, considerado seu berço, por estabelecer o foco primordial no desejo e capacidade dos recursos humanos que se comprometem de livre vontade no processo de construção da cidadania e de um espaço mais justo e por isso apresenta grande importância e potencial na promoção do desenvolvimento local/regional. Entretanto, torna-se necessário que os atores sociais se envolvam mais, se coloquem à disposição e se comprometam com as causas comuns. Aos municípios cabe estimular a participação da comunidade e ter responsabilidade e competência na gestão. Os governos devem apoiar e contribuir com recursos financeiros e regulamentações fiscais e jurídicas para viabilizar as ações. As instituições de ensino devem colaborar para a mudança cultural, a partir da disseminação do conhecimento e despertar da consciência de cidadania. As instituições privadas precisam trabalhar cientes de que sua missão está além da geração de lucro e participação econômica, pois depende de um processo de sustentabilidade para continuar atuando no mercado e para isso, deve ter responsabilidade social.

2.2.3 Cooperativismo

No Brasil, o cooperativismo surgiu na década de 90 do século XIX, como uma forma de organização solidária de imigrantes

em busca da inserção social das famílias e comunidades e da valorização do espaço econômico agrícola no cenário nacional e internacional.

Embora os princípios do cooperativismo vêm sendo modificados ao longo do tempo, tendo em vista os objetivos organizacionais e busca pela eficácia administrativa, para acompanhar a evolução e competitividade do mercado, o objetivo primordial continua o mesmo: buscar através da união de um grupo de pessoas com interesses comuns, atuar de forma independente contra as injustiças existentes no setor privado e amenizar a incapacidade do setor público em promover condições igualitárias.

> O que faz a originalidade da economia solidária é sua capacidade de articular constantemente a dimensão política e a dimensão econômica e resistir e construir e contestar e ligar à critica a globalização com praticas de cidadania econômica no cotidiano. (MACHADO, 2004, p.1).

Diante dos paradoxos da globalização, o cooperativismo projeta a possibilidade da autogestão e constrói a democratização dos ganhos de produção, orienta as reduções das taxas de desempregos, constituindo-se num importante instrumento de distribuição de renda, redução das desigualdades políticas e do desequilíbrio social. Difere da empresa privada, por possuir um caráter particular da relação entre os fatores de produção capital e trabalho. "O voto em uma cooperativa é proporcional ao trabalho – a cada homem um único voto – a distribuição do resultado é proporcional à atividade ou trabalho de cada sócio (...) e as "sobras" do exercício, com um nítido "objetivo social" de sua constituição". (BIALOSKOSKI, p.1, 2006).

A organização cooperativa pode consolidar-se em qualquer setor econômico, sendo uma alternativa pertinente para

o desenvolvimento urbano ou rural. "Não há em principio um tipo de produção e distribuição que não possa ser originado como empreendimento solidário". (SINGER & SOUZA, 2001, p.23).

"Estudos recentes como a cuidadosa etnografia de Eliasoph (...) sugerem que a atividade associativa pode ser, em um sentido importante, despolitizante". (KERSTENETZKY, 2006, p. 136). Isso demonstra que as pessoas se integram no associativismo, se comprometem com os objetivos almejados, pois há sentimentos implícitos envolvidos como o sentimento de que estão trabalhando, de certa forma no que é seu, na valorização no trabalho, na preocupação com "futuro de nossas crianças", e as diferenças tornam-se pequenas e muitas vezes nulas, sendo desvinculada a questão puramente político-partidária do contexto cooperativo, trazendo a conversação política, quando existente, para temas relacionados apenas à esfera pública local, espaço de interesse social. Nota-se com isso a significativa representação da organização cooperativa para o despertar da cidadania, harmonia social e desenvolvimento do espaço local.

Existem muitas entidades particulares, governamentais e não-governamentais, que estão trabalhando no processo de reeducação para adesão da nova forma de organização e visão de trabalho, incluindo Universidades, Incubadoras de Cooperativas, Sebrae, Extensões Empresariais, Associações Comerciais, entre outras. E por certo, há necessidade de fomentar uma nova cultura de trabalho em equipe, em que as diferenças sejam políticas, religiosas, de raça ou de classes, se juntem numa única bandeira em prol do mesmo objetivo. Despertar o comprometimento, a fidelização e aprender como trabalhar e se comportar na vivência em grupo são questões indispensáveis no processo.

> Não podemos pensar nos pressupostos de uma nova cultura de trabalho, como se estivéssemos vivendo atualmente num processo

> revolucionário. Temos que analisar os elementos embrionários de um novo sentido de trabalho, a partir das condições concretas do espaço e tempo atual em que vivemos, buscando aprender suas mediações. (TIRIBA, 2000, p. 224).

O processo de transformação de uma nova cultura de trabalho e relacionamento pode ser lento, mas não é utópico. No Brasil, existem muitas cooperativas consolidadas no mercado que provam a eficiência da proposta, quando bem estruturada, conduzida e focada em metas e princípios sociais.

2.2.4 Redes de Cooperação e *Clusters*

No Brasil, a estratégia que visa à formação de redes de cooperação intraempresas vem aos poucos se consolidando. Estudos realizados sobre este assunto demonstram que, muito além de ser um meio eficiente de aumentar a competitividade e lucratividade das pequenas e médias empresas, estimula o desenvolvimento local/regional.

Existe uma diferença quanto à denominação rede de cooperação e *cluster*. Segundo Filho (2006, p.1), um sistema produtivo local "é uma macro rede associativa, através de mecanismos de integração de todas as entidades representativas da região, visando ao seu desenvolvimento." Ou ainda "pode ser definido como uma região fortemente estruturada, contendo um ou mais *clusters*, com um planejamento territorial, com alta interação público-privada, com respeito à cultura e objetivo de assegurar a qualidade de vida dos habitantes." No entanto, segundo Porter apud Filho (2006, p.1), um *cluster* pode ser definido como sendo "um agrupamento geograficamente concentrado de

empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área, vinculada por elementos comuns e complementares." Desta forma, um *cluster* segue a vocação da região e pode integrar uma ou mais redes de negócios, estando voltado a melhorar a competitividade entre as empresas envolvidas, enquanto que o objetivo principal dos Sistemas Locais de Produção é melhorar a qualidade de vida de determinada região.

Mas em ambos os casos, o requisito principal é "[...] perceber o processo de aprendizagem e de aquisições diferenciais vantajosas em acúmulo coletivo, possibilitados pela proximidade física e pelo exercício de criatividade e de geração e apropriação de sinergias coletivas". (ALVES COSTA & BRANDÃO, 2004, p. 23).

A formação de redes de cooperação busca juntar as atividades isoladas de pequenas e médias empresas que apresentam pouca expressão de competição no mercado, em aglomerados coletivos, possibilitando trazer-lhes capacitação de recursos humanos, inovação, diferenciação, lucratividade e competitividade, modificando os processos de gestão e criando novas oportunidades de negócios. Outro fator positivo é o despertar de um novo diálogo entre as empresas, instituições públicas e instituições de apoio, incentivando-as a pensar mais estrategicamente no processo de articulação regional.

O poder público também possui seu papel neste cenário, pois existem muitos gargalos, paradigmas e limitações no contexto empresarial e no mercado em virtude do atraso socio-cultural em que se encontram as regiões. Deve agir como um facilitador do processo, possibilitando a infra-estrutura necessária, coordenando as ações dos agentes e criando condições, para que estas redes se fortifiquem para caminharem sozinhas.

Segundo Alves, Costa & Brandão (2004), o desenvolvimento de uma rede de cooperação deve considerar fatores oriundos de diversas dimensões e que constroem uma única

matriz operacional formada por vetores sociais, culturais, históricos, geográficos, políticos, microeconômicos, mesoeconômicos e macroeconômicos. Desta forma, a construção de uma rede de cooperação deve ser um processo consciente, estimulado por agentes capacitados e conhecedores de todos os fatores importantes, para que benefícios coletivos não sejam alcançados somente pelas empresas associadas, mas para que os resultados se traduzam em desenvolvimento regional.

2.2.5 Agricultura Familiar

A evolução histórica deste setor da economia no Brasil demonstra um grande descaso, seja através falta de tecnologias e infra-estrutura da produção e comercialização, falta de financiamentos adequados, ausência de políticas públicas, saúde e educação. O processo de emigração de agricultores do campo para a cidade, a cada ano, na maioria das regiões brasileiras segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano disponíveis no IPEIA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada disponíveis (2006), aumenta sua dimensão e a população que reside no campo torna-se menor.

De acordo com o recadastramento do INCRA - Instituo Nacional de Colonização e Reforma Agrária (1992), as pequenas propriedades brasileiras, representam 61 % dos imóveis cadastrados e ocupam apenas 7,8% da área, enquanto que as grandes propriedades representam 1,2% dos empreendimentos e ocupam 55% da área cadastrada. Isso demonstra que na agricultura familiar a produtividade é baixa, apresentando inúmeros gargalos e limitações. E, por outro lado, representa potencial de expansão, haja vista, sua multifuncionalidade, podendo contribuir para: Segurança alimentar: sendo provedora de alimentos para a

sociedade; Ecologia: pois implica diretamente no sustentabilidade ambiental; Economia: representa um percentual significativo do PIB brasileiro na produção de alimentos; Social: sendo provedora de inclusão social, distribuição de renda e geração de empregos.

A abertura dos mercados, a descentralização dos investimentos industriais e dos investimentos públicos em infraestrutura como rotas de transportes e a privatização das telecomunicações, o avanço tecnológico e os sistemas de informação, têm contribuído para alterar a situação de pobreza e precariedade do meio rural brasileiro. Mas estas ações ainda não têm sido suficientes para despertar o desenvolvimento, pois em muitos locais a inovação e tecnologia não são incorporadas à agricultura familiar, e os pequenos produtores se encontram cada vez mais excluídos. Segundo dados do IPEA (2006), cerca de 50% de brasileiros abaixo da linha de pobreza vivem no campo e integram a agricultura familiar. Percebe-se com isso, que há necessidade de informação, conhecimento técnico de produção e mercado para que os agricultores possam mudar as bases de produção de acordo com a potencialidade territorial e de sua própria vocação, de forma a buscar novas oportunidades.

> Isso não depende apenas da iniciativa e transferência de recursos por parte do Estado, mas principalmente da mobilização das próprias forças sociais interessadas na valorização do meio rural: é daí que poderão nascer as novas instituições capazes de impulsionar o desenvolvimento de regiões vistas socialmente como condenadas no atraso e no abandono". (ABRAVOMAY, 1999, p.1).

As instituições que influenciam as políticas agrícolas no espaço local/regional, como Sindicatos, EMATER, COREDES, Secretarias da Agricultura e Meio Ambiente, Pólos Científicos e Tecnológicos, Universidades, etc, representam um papel significativo

na articulação e implementação de estratégias e no despertar de uma nova cultura que modifique a realidade da agricultura familiar. Porém, não basta que cada instituição faça sua parte de maneira isolada, deve haver integração num processo contínuo e planejado de desenvolvimento.

> Estudos recentes da OCDE (1996, p.1) mostram que o sucesso de certas regiões rurais de países desenvolvidos na geração de ocupações produtivas. (...) Os bons desempenhos na criação de empregos resultam de uma dinâmica territorial específica [...] que comporta provavelmente aspectos como a identidade regional, um clima favorável ao espírito empreendedor, a existência de redes públicas e privadas ou a atração do meio ambiente cultural ou natural (ABRAVOMAY, 1999, p.2).

Aos agricultores familiares, devido às dificuldades, falta motivação e orgulho de atuarem neste importante setor socioeconômico, o que inibe a atração cultural e natural e impede qualquer manifestação de empreendedorismo.

Há necessidade de inserção da propriedade familiar, num processo empresarial, remoldando-a com conhecimentos técnicos e científicos que abranjam tanto processos produtivos, quanto de gestão, voltados ao mercado e à sustentabilidade ecológica e econômica, de modo a criar novas alternativas. Também a formação de redes e parcerias deve ser viabilizada entre as famílias, despertando visões e formas de organização, para que o êxodo rural não continue sendo uma preocupação constante e o setor seja influenciado não só pelo orgulho de quem o integra, mas pelas estatísticas positivas de desenvolvimento.

3 CONCLUSÕES

A discussão sobre estratégias capazes de contribuir no processo de desenvolvimento sustentável local/regional acompanha a evolução histórica e é uma constante. Cada região possui um cenário diferenciado, quanto à localização, distância de rotas comerciais, consolidação do setor privado, condições agrícolas, cultura da população, visão do setor público e tantos outros atributos que compõe determinado território. Mas o certo é que todas possuem articuladores e articulações, seja do primeiro, segundo ou terceiro setor, em prol de crescimento econômico e melhoria da qualidade de vida.

No Brasil, muitas estratégias têm sido viáveis e têm gerado resultados significativos no processo de desenvolvimento local/regional, mas nenhuma é auto-suficiente do ponto de vista socioeconômico e ambiental, assim como não se pode dizer que uma estratégia que deu certo em determinado local será bem sucedida em outro.

No processo de desenvolvimento local/regional, torna-se necessário considerar que o setor público, o setor privado e as ONGs devem atuar de forma integrada, contínua, com visão de longo prazo, sendo agentes catalisadores de estratégias transformadoras que se traduzam em desenvolvimento sustentável.

Ao primeiro setor cabe a responsabilidade por estabelecer projetos sérios, livres de interesses partidários, orientados pela capacitação e comprometimento, na conduta ética e na boa-governança, voltando-se para uma visão além de mandatos políticos, para solucionar os crescentes problemas e necessidades sociais quanto à saúde, educação, segurança, saneamento, emprego/renda, lazer, etc. A gestão pública deve considerar além dos aspectos micro, os aspectos macroeconômicos de desenvolvimento. Deve estabelecer parcerias com os demais setores, ser incentivador de

parcerias entre os demais setores e estimular a participação social na gestão. Neste sentido, a municipalização demonstra-se uma estratégia capaz de despertar para este processo, aproximando o poder público e a sociedade, fazendo-os pensar no desenvolvimento local.

O segundo setor deve atuar com responsabilidade social, despertando para a gestão eficaz, além do objetivo de gerar lucros, mas com o propósito fundamental de contribuir para o desenvolvimento do ambiente externo, pois dele depende seu mercado de atuação. Ser agente gerador de empregos, renda, políticas que contribuam para a qualidade de vida da população e proteção ao meio ambiente. Deve estabelecer parcerias com os demais setores em busca de melhorias contínuas. Com este propósito, a estratégia da cooperação ou *cluster* apresenta-se como uma alternativa promissora de fortificação das pequenas empresas frente ao mercado, reforçando o processo de desenvolvimento.

O terceiro setor dispõe de organização para a alocação de recursos e é ente considerável na promoção da inovação e despertar da cidadania. Deve fazer jus ao seu papel de mediador entre o primeiro e o segundo setor, através do envolvimento das potencialidades de ambos, num esforço conjunto de superação e promoção do desenvolvimento.

A sociedade civil possui grande importância no processo e deve ser estimulada a organizar-se em prol da efetivação de estratégias como ONGs, cooperativismo e novas formas de organização da agricultura familiar.

A implementação de estratégias capazes de promover desenvolvimento sustentável depende tanto de forças endógenas, quanto de fatores exógenos, pois muitos locais/regiões brasileiras apresentam limitações e encontram-se em territórios isolados, com recursos financeiros insuficientes e sem capacidade de articulação para engrenar num processo virtuoso de desenvolvimento, através

somente, da vontade dos atores sociais. Necessitam de estímulo e incentivo do setor público, do conhecimento e despertar para novas formas de organizações e parcerias, da quebra de paradigmas culturais, enfim de um planejamento abrangente, complexo e de longo prazo. Dessa forma, forças endógenas e exógenas devem estar integradas e voltadas aos mesmos interesses, seja através da estratégia da municipalização, ou de cooperativismo, ou redes de cooperação e *clusters*, ou por meio de ONGs, ou da agricultura familiar, ou de qualquer outra, ou da integração e combinação de várias delas, para que se possa compor um plano de desenvolvimento que contemple todos os setores econômicos e atores sociais, de acordo com as necessidades e potencialidades de cada local/região, sem desprender-se do espaço global.

O aspecto comum entre todas as estratégias apresentadas na análise do desenvolvimento de um local/região, demonstra a importância de variáveis intangíveis, fundamentadas na cultura local, no comportamento da sociedade civil, na organização institucional e produtiva, na visão e comprometimento do setor público, em novas formas de organização, competição e cooperação. Uma transformação no modo de ser, pensar e agir, num esforço interdisciplinar de todos os atores envolvidos na grande meta social/econômica/ecológica do desenvolvimento sustentável.

REFERENCIAS

ABROMOVAY, R. Reforma Agrária. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária.** V. 28, n 1, p. 23 e 29, jan/dez - 1998 e jan e ago 1999. Disponível em: <www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos>. Acesso em: 02 mar.2006.

ALVES, M. A. da S.; BRANDAO, C.A; COSTA, E. J. M**. Construir o espaço supra-local de articulação sócio-produtiva e das estratégias de desenvolvimento.** Dissertação de Mestrado, Universidade de Minas Gerais, 2004. Disponível em: <www.mi.gov.br/publicacoes/desenvolvimentoregional/publicao>. Acesso em: 22 fev. 2006.

BARBIERI, J. C. Desenvolvimento Sustentável Regional e Municipal: Conceitos, Problemas e Pontos de Partidas. FECAP: Revista Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. **v. 1, n.4, out, nov, dez 2000.**

BIALOSKOSKI, S. N. **Projeto de estabelecimento de uma política institucional de monitoramento da autogestão das cooperativas do estado de São Paulo**. Disponível em: <www.watson.fapesp.br/PPub/1edital>. Acesso em: 22 fev.2006.

CASTELLANO, E.C; FAZAL, H.C. **Desenvolvimento sustentado**: desenvolvimento e estratégias. São Carlos: EESC/USP, 2000.

DOWBOR, L. **A reprodução social.** Petrópolis: Vozes, 1998.

FILHO, N. C. **Instrumentos de Integração e Governança em Aglomerações Competitivas.** Disponível em: <www.ucdb.br/coloquio/arquivos/Casarotto.pdf >. Acesso em: 22 fev. 2006.

KERSTENETZKY. C. L. Sobre associativismo, desigualdade e democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V.18, n. 53, 2006.

LEITE. M. A. S. **O terceiro setor e as organizações da sociedade civil de interesse público – OCIPs**. Disponível em:

<www.almg.gov.br/index.asp?grupo=escola legislativo&diretório=bancoconhecimento&arquivo=banco trabalhos> .Acesso em: 22 fev.2006.

LEME, V.O.F. Espaço público não estatal e espaço local: novos paradigmas para o desenvolvimento. **Revista Gestão e desenvolvimento**. Bragança Paulista, v. 4, n. 4 jan/jun 1999.

MACHADO. Z. **Economia combina com solidariedade? Fórum social mundial - um outro mundo é possível.** Disponível em: <www.ciranda.net/publique/cgi>. Acesso em 13 fev. 2004.

MARTINS, A. M. A municipalização do ensino: algumas sugestões sobre o poder local. **Revista Iberoamericana de Educación**. Disponível em: <www.campusoei.org/revista/deloslectores>. Acesso em 22 fev. 2006.

MARTINS. Â. M. **A municipalização do ensino:** algumas questões sobre o poder local. Disponível em: <www.campus-oei.org/revista/deloslectores>. Acesso em 8 mar.2006.

ROCHA, Márcio Mendes. **Associativismo e participação:** Alternativas populares para fazer frente ao modelo neoliberal. Disponível em: <www.nemo.uem.br>. Acesso em 23 fev.2006.

SARACENO, D. V. dos S. **O papel do terceiro setor na questão do desenvolvimento regional e local.** Disponível em <www.unifacs.br?cedre?cadernos/especial.html>. Acesso em 22 fev. 2006.

SINGER P., SOUZA R. **A economia social no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. Contexto, 2001.

TIRIBA. L. **A economia social no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

_____.**Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.** Disponível em: <www.Incra.gov.br. Acesso em: 01fev.2006>.

_____.**Atlas do Desenvolvimento Humano.** Disponível em: <www.Ipea.gov.br>. Acesso em 034 fev. 2006.